

HABEAS CORPUS Nº 501.439 - SP (2019/0089600-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÉRICA LEONI EBELING - SP323262
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO DE ASSIS PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO DE ASSIS PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 1504128-40.2017.8.26.0536.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, ao cumprimento de 7 (sete) anos de reclusão, no regime inicial fechado, mais o pagamento de 700 (setecentos) dias-multa, em razão da apreensão de 24,1g de cocaína e 78,9g de maconha (fls. 10-13).

Irresignada a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento (fls. 14-32).

No presente *writ*, alega a Impetrante, em suma, que a quantidade de droga apreendida não justifica a exasperação da pena-base.

Aduz que "[...] o Tribunal de Justiça violou o art. 927 do novo CPC ao desrespeitar precedente deste STJ no sentido de ser obrigatória a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, violando-se, ainda, o art. 67 do CP" (fl. 6).

Requer "[...] a concessão de medida liminar a fim de se expedir alvará de soltura até o julgamento definitivo deste writ ou para que, desde já, seja alterada a pena. No mérito, deve-se conceder a ordem para alterar-se a pena, nos termos acima expostos" (fl. 6).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que

competete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo **imediatamente**, pois o eventual acolhimento do pedido, *prima facie*, não a alteraria, **notadamente diante da reincidência do Paciente (fl. 12), bem como do quantum de pena imposta.**

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso ao andamento processual, se necessária.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora